



Estudo sobre o Impacto do Programa de Responsabilização Social ao nível dos Municípios – MuniSAM

Elaborado por:
Aly Elias Lálá e Deborah Capela de Oliveira – Pesquisadores do Programa MuniSAM
Concern Universal Moçambique

Maio 2014



Ficha Técnica

Título:

Estudo sobre o Impacto do Programa de Responsabilização
Social ao nível dos Municípios – MuniSAM

Elaboração:

Aly Elias Lálá e Deborah Capela de Oliveira – Pesquisadores do Programa MuniSAM

Propriedade

Concern Universal Moçambique

Layout:

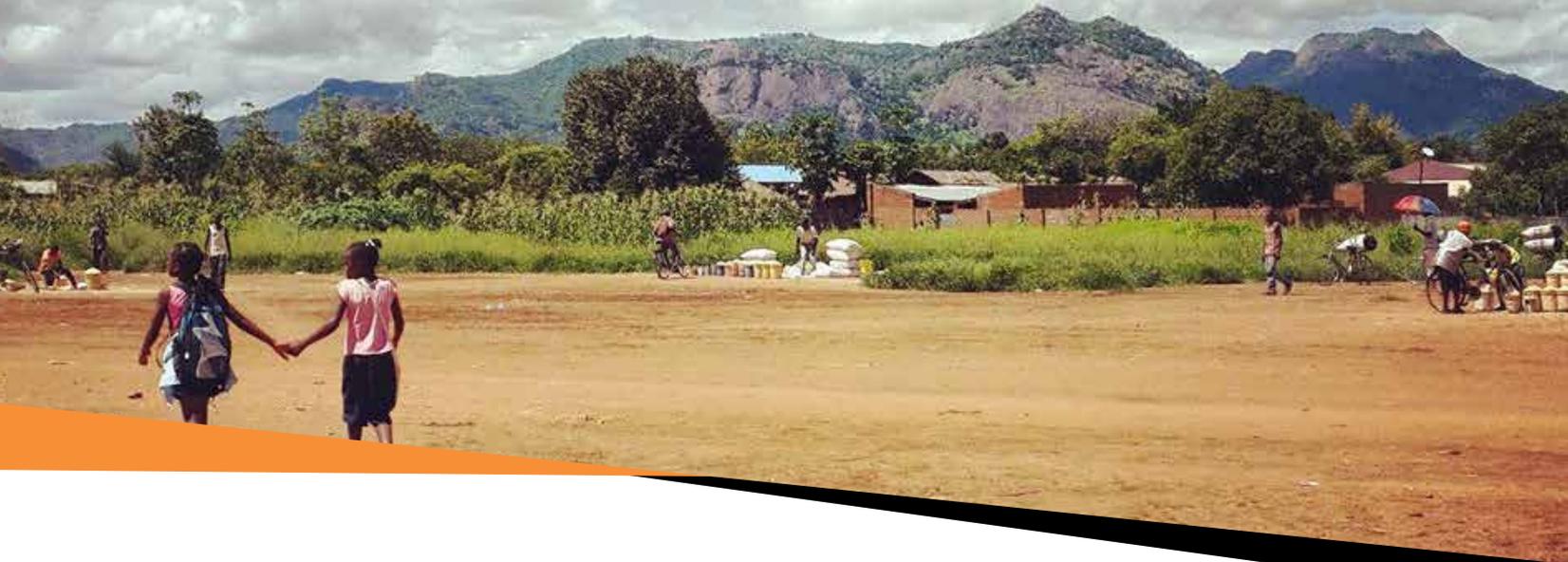
Publifix

Maio - 2014



Conteúdo

Perfil do MuniSAM	4
INTRODUÇÃO	5
CONTEXTUALIZAÇÃO	5
PASSOS DE IMPLEMENTAÇÃO	6
ABORDAGEM METODOLÓGICA	9
PRINCIPAIS IMPACTOS DO PROGRAMA	12
Maior engajamento entre os Órgãos Municipais e Municípios	12
Melhorias da qualidade de serviços prestados pelos Órgãos Municipais	15
Melhoria no acesso à Informação	16
Fortalecimento da Sociedade Civil local	17
Aumento da Base Tributária	19
Melhoria no relacionamento com as Lideranças Locais	20
Melhoria na área do Meio Ambiente	22
Maior observância de Aspectos de Género	23
Maior inclusão das Pessoas com Deficiência	25
CONCLUSÃO	26
ESTUDO DE CASO	28
TEORIA DE MUDANÇA: Estudo de Caso do Município de Metangula	28
Mudança no Pensamento dos Intervenientes	29
Mudança nas Acções dos Intervenientes	30
Mudança nas Capacidades dos Intervenientes	30
Constatações Finais	31



Perfil do MuniSAM

Nome da Intervenção	MuniSAM - Programa de Monitoria de Responsabilização Social ao nível dos Municípios
Doador:	Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC)
Descrição-Geral	<p>Acções de Monitoria de Responsabilização Social em 06 das 13 autarquias abrangidas pelo Programa de Desenvolvimento Autárquico (PDA), designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Província do Niassa <ul style="list-style-type: none"> - Metangula e Cuamba • Província da Zambézia <ul style="list-style-type: none"> - Mocuba e Quelimane • Província de Cabo Delgado <ul style="list-style-type: none"> - Mocimboa da Praia e Montepuez <p>Organização implementadora: Concern Universal Duração: 03 anos (2012-2014) Orçamento: 1,300,000.00 USD</p>
Sector de Intervenção	As áreas de intervenção dos Municípios-alvo, nomeadamente água, saneamento, meio ambiente, infra-estruturas, educação e saúde.
Teoria da Mudança / Rácio da Intervenção	Deficiências de Governação prejudicam a qualidade da prestação de serviços, a satisfação plena das necessidades e dos direitos dos munícipes e a prestação de contas. O MuniSAM parte do princípio que os recursos disponíveis poderão ser melhor utilizados se governados (demanda) e governantes (resposta à demanda) interagirem com base nas evidências à volta dos processos de gestão de recursos públicos. O MuniSAM está a mudar a forma como os intervenientes do lado da demanda e da resposta à demanda interagem nos Municípios-alvo e assenta no princípio de que, se os munícipes e grupos cívicos exigirem explicações e justificações sobre a forma como os recursos públicos são geridos, isso resultará numa maior responsabilização por parte dos actores do lado da demanda e na conseqüente melhoria progressiva dos serviços prestados.
Tipo de Engajamento	No centro de abordagem do MuniSAM está a realização progressiva das necessidades humanas dentro dos recursos disponíveis e a monitoria por grupos cívicos das actividades municipais na planificação, na execução, no desempenho, na garantia de integridade pública e no acompanhamento da função de supervisão pela Assembleia Municipal. O MuniSAM promove a interacção contínua, construtiva e sistematizada entre os actores do lado da demanda e do lado da resposta à demanda nos Municípios-alvo. A abordagem do MuniSAM é alinhada com a Constituição da República de Moçambique: Artigo 48: Liberdade de expressão e informação; Artigo 52: Liberdade de associação; Artigo 73: Participação dos cidadãos nas grandes questões nacionais; Artigo 78: Papel das organizações sociais; Artigo 253: Direito a Responsabilização Social; Artigos 271 & 272: Participação dos cidadãos na solução dos problemas da sua comunidade; Artigo 11 da Lei 7/2012 de 8 de Fevereiro, que contem os princípios de monitoria pelos cidadãos das acções da administração pública.



INTRODUÇÃO

As presentes notas resultam de visitas de campo realizadas pela nossa equipa de Pesquisadores nos Municípios-alvo do Programa MuniSAM¹, no período entre Fevereiro e Maio de 2014. A equipa conduziu entrevistas com representantes dos Conselhos Municipais, das Assembleias Municipais, com os Comitês da Monitoria de Responsabilização Social - SAM-Coms e outros actores da Sociedade Civil, assim como com Municípes.

A metodologia usada para a realização deste estudo foi parte importante deste processo e esteve relacionada com a consulta e análise de Documentos produzidos pelo Programa (elaborados pela equipa de MuniSAM e pelos SAMComs), Relatórios de avaliação externa do Programa, outra documentação e Legislação relevante e visitas de campo. A triangulação das informações obtidas resultou na elaboração deste estu-

do. Este trabalho está estruturado em três partes: a primeira expõe a metodologia do MuniSAM; a segunda dá exemplos daqueles que foram os principais impactos do MuniSAM; e, na terceira parte, a equipa retrata, usando como base a Teoria de Mudança do Programa, um Estudo de Caso em Metangula, o qual demonstra como o MuniSAM contribuiu para causar mudanças no cenário da vida Municipal.

O intento deste documento é partilhar com parceiros, e outras partes interessadas, a abordagem e metodologia utilizadas pelo Programa, assim como os impactos do Programa na perspectiva das autoridades municipais (Assembleias Municipais e Conselhos Municipais), dos SAMcoms e dos próprios municípes, mostrando o impacto do Programa em ambos os lados da demanda e da resposta à demanda.

Contextualização

O crescimento de PIB (Produto Interno Bruto) em Moçambique em 2011 foi de 7.1%, acelerando para 7.4% em 2012 e um pouco acima de 7% em 2013. Dados do Banco Mundial indicam que a indústria extractiva emergente poderia fornecer os meios para Moçambique alcançar o status de um país de renda média em 2025. Ao mesmo tempo, o IDE (Índice de De-

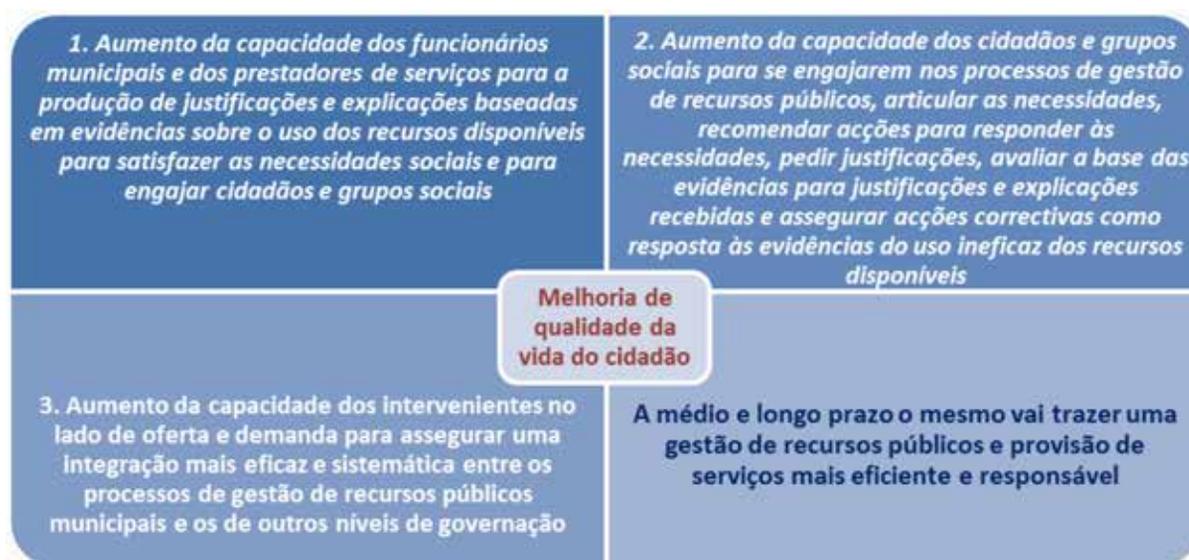
envolvimento Humano - 2013) coloca o país na antepenúltima posição (185º lugar de um total de 187 países) o que significa que Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo e que os benefícios do crescimento económico ainda não estão a abranger as pessoas que mais precisam, a maioria da população.

¹ Municípios-alvo do MuniSAM: Metangula, Cuamba, Quelimane, Mocuba, Mocímboa de Praia e Montepuez.

Com base neste cenário o Estado moçambicano desenhou um processo para aproximar os serviços públicos do cidadão, quer através da descentralização de competências para os níveis de Província e Distrito, bem assim, pela autarquização. O país iniciou, durante a década de 90, o processo de implantação de autarquias por via da Lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro, com um primeiro lote de 33 autarquias. Em 2008 e 2013 mais 20 autarquias foram criadas perfazendo actualmente um total de 53 autarquias.

Neste contexto, inicia-se o MuniSAM (Programa de Monitoria de Responsabilização Social² ao nível dos Municípios) o qual representa uma forma de manifestação de cidadania dos munícipes organizados e reunidos em Comités de Monitoria de Responsabilização Social (SAMComs) e contribui para a materialização do direito à Responsabilização Social: o direito

(por parte dos munícipes) de exigir explicações e justificações sobre o uso dos recursos públicos para satisfação das necessidades e dos direitos dos cidadãos, procurando estimular a participação cívica nos processos de Gestão de Recursos Públicos municipais, fortalecendo, ao mesmo tempo, as capacidades e influenciando as atitudes e acções dos gestores / funcionários municipais e dos membros das Assembleias Municipais com vista à produção de justificações e explicações sobre como tais recursos são convertidos em serviços que respondam às necessidades e direitos mais prementes dos cidadãos. Outro importante objectivo do MuniSAM é a canalização dos desafios encontrados localmente para estimular o diálogo a nível provincial e nacional e de influenciar os processos de tomada de decisão e definição de políticas que permitam abordar os problemas encontrados.



Resultados do MuniSAM

Passos de Implementação

Em termos de processo, a implementação do MuniSAM desenrola-se obedecendo aos passos seguintes: o **Lançamento Oficial do Programa** a nível das Províncias-alvo que antecede o início dos trabalhos nos Municípios-alvo; o **Levantamento de Base** para estabelecer um retrato fiel sobre a participação cívica e responsabilização social dos Mu-

nicipios-alvo e para obter indicadores para o acompanhamento do progresso do Programa; a **Facilitação da Criação dos SAMComs** e da sua oficialização e/ou reconhecimento junto dos órgãos municipais (Conselho Municipal e Assembleia Municipal).

² **Responsabilização social** - é forma de governação em que os actores não estatais, incluindo grupos cívicos, podem engajar-se activamente com os funcionários públicos e prestadores de serviços nos processos de governação em relação à gestão eficaz dos recursos públicos e a provisão responsável dos serviços públicos.



Membros do SAMCom de Mocímboa da Praia intervindo no âmbito da formação sobre o Ciclo de Responsabilização Social



Membros do SAMCom de Mocuba durante um encontro preparatório da Audição Pública



Membros do SAMCom de Montepuez durante uma das Formações

Os Comitês de Monitoria de Responsabilização Social (SAMComs)

Os SAMComs são grupos compostos por membros das comunidades eleitos por residentes dos diferentes bairros municipais e são compostos por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Cada SAMCom é organizado em Sub-comitês, os quais são constituídos em correspondência com o número de vereações do respectivo Conselho Municipal. Esta separação de responsabilidades permite que as actividades de monitoria possam acompanhar as principais áreas de intervenção do Município de forma mais especializada e dedicada. Os SAMComs reúnem-se regularmente com os Conselhos Municipais (Presidente e Vereadores), Assembleias Municipais, lideranças locais e tradicionais, e o mais importante com as próprias comunidades, numa tentativa de criar oportunidades para que as mesmas possam expressar as suas necessidades e preocupações junto das autoridades municipais servindo de elo de ligação entre todos os actores na autarquia.

Os SAMcoms são compostos por membros de grupos cívicos, cidadãos dos bairros municipais com interesse na realização dos direitos sociais e económicos (i.e. cuidados de saúde, direito das crianças à educação básica, moradia, água, emprego, etc.) e preocupados com o desenvolvimento económico e gestão dos recursos públicos a nível dos respectivos Municípios. Têm como membros também as pessoas engajadas e influentes de boa-fé movidas pelo desenvolvimento bem como representantes das organizações do sector religioso e são regidos por um **Código de Conduta** que permite definir uma série de normas, regras, procedimentos e comportamentos aceites por todos para promover maior eficiência e impacto na implementação das actividades dos SAMComs. Assim, os membros dos SAMComs devem ser idóneos e ter bom comportamento; ser dinâmicos; ter o conhecimento do seu bairro ou da sua comunidade; não ter influência política - não introduzir assuntos partidários no trabalho do SAMCom; ser neutro/a, imparcial e integro/a; observar a Constituição da República e as demais Leis que regem a Consulta e Participação das Organizações da Sociedade Civil na promoção da Governação Socialmente Responsável.

Após a criação dos SAMComs, o Processo de Formação é iniciado. As formações decorrem de forma faseada e colocam enfoque sobre dois aspectos, o ciclo de responsabilização social e o processo de Auditoria Social (consulta de documentação, recolha de evidências e Audições Públicas). Os participantes das formações aprendem, de maneira simplificada e prática, a descrever as entidades envolvidas, os documentos que devem ser produzidos, as políticas e legislação aplicáveis e os pontos e/ou momentos propícios de intervenção e engajamento. Além disso, aprendem também como utilizar as ferramentas simples de monitoria baseadas em evidências.

Tópicos como resposta ao HIV, equidade de género e tratamento do meio ambiente também são abordados. Participam nestas formações membros dos SAMComs, funcionários dos

Conselhos Municipais e membros das Assembleias Municipais (uma vez que este grupo é o principal parceiro dos SAMComs no desempenho das suas actividades de fiscalização e monitoria). Esta interacção permite criar laços e pontos de convergência que posteriormente facilitam a implementação do Programa. Segue-se então a realização da Auditoria Social e a recolha de evidências por cada Sub-comité dos SAMComs; por último, realiza-se a Audição Pública na qual participam membros do SAMCom e de outras organizações da sociedade civil e do sector privado, os munícipes em geral e representantes do Conselho Municipal e da Assembleia Municipal, estes últimos como observadores, para, em conjunto, debaterem as constatações do Relatório de Auditoria Social produzido pelo SAMCom.

Audição Pública

A Audição Pública é um espaço privilegiado de responsabilização social dos gestores Municipais para com os seus cidadãos. É um modelo inovador de governação participativa. Durante o evento da Audição Pública, o Edil e seus Vereadores submetem-se ao escrutínio dos cidadãos, e prestam contas sobre o seu desempenho no ano anterior. Os passos de uma Audição Pública são:

1. Solicitação ao Conselho Municipal do Plano de Actividades, Orçamento e Relatório de balanço.
2. Selecção de actividades por pelouro, actividades a serem monitoradas e auditadas pelos comités de Auditoria Social.
3. Pedido de autorização ao Conselho Municipal para o SAMCom realizar os trabalhos de monitoria e Auditoria Social.
4. Análise documental.
5. Encontro de cada Sub-comité do SAMCom com o Vereador da área para esclarecimento de algumas dúvidas encontradas durante a análise do plano de actividades.
6. Realização dos trabalhos de campo para confirmação das informações e recolha de evidências.
7. Elaboração de um relatório por cada Comité de Auditoria.
8. Compilação do Relatório geral elaborado pelos SAMComs e partilha com o Conselho Municipal e Assembleia Municipal.
9. Elaboração do programa da Audição Pública e envio de convites.
10. Evento de Audição Pública.
11. Desenho da matriz de seguimento dos compromissos assumidos pelo Governo.



Audição Pública em Mocuba



Presidentes dos SAMComs de Mocuba e Quelimane, com a Srª Zena Aly e o Formador do MuniSAM, Imbwanga Mapoko, durante o encontro preparatório de mesa redonda sobre Responsabilização Social no escritório da Concern em Maputo

Abordagem Metodológica

O alinhamento com o quadro legal e com políticas e procedimentos institucionais nacionais é essencial para a implementação dos programas de governação e responsabilização social e é com base nisto que a abordagem do MuniSAM é alinhada com a Constituição da República de Moçambique, com a Legislação Municipal e a Administração Pública no geral, principalmente no que toca à possibilidade de participação dos munícipes, e à obrigatoriedade de promoção de uma governação participativa (consulta pública, disponibilização de

informação, entre outros). Isto permite que as autoridades e munícipes reconheçam no trabalho desenvolvido pelos SAMComs um contributo para a realização de políticas nacionais de governação e descentralização. A intervenção do MuniSAM centra-se à volta do ciclo de responsabilização social, cujos processos correspondem a cada uma das fases do ciclo de planificação, orçamentação, execução, desempenho e controlo orçamental e está estruturada de forma a permitir uma acção organizada e com base em evidências.



Ciclo de Responsabilização Social

No centro de metodologia do MuniSAM está a Teoria de Mudança com os seguintes elementos:

- **Hipótese:** MuniSAM muda a maneira que os intervenientes do lado da demanda e resposta à demanda interagem nos Municípios-alvo.
- **Resultados Esperados:** As ferramentas de MuniSAM (acções) resultam em processos de Gestão de Recursos Públicos socialmente mais responsáveis e integrados.
- **Indicadores de resultados:** Mudanças no pensamento, acções e capacidade das partes interessadas nos processos de gestão de recursos públicos (curto prazo) e mais eficazes e responsáveis processos de gestão de recursos públicos e prestação de serviços (longo prazo). O MuniSAM propôs-se a mudar a capacidade dos actores do lado da demanda para participar efectivamente nos processos de gestão de recursos públicos e ao mesmo tempo mudar os seus pensamentos e acções para reconhecer o direito de obter justificações e explicações sobre a atribuição e utilização de bens

públicos e recursos disponíveis; e, reconhecer o direito de acesso à informação e de engajamento com as autoridades municipais na base de evidências. Por outro lado, os indicadores incluem as mudanças na capacidade, pensamento e as acções dos actores do lado da resposta à demanda, fazendo com que eles reconheçam a existência de processos da gestão dos recursos públicos; a importância de responder às necessidades prioritárias dos munícipes; a importância de (obrigação) engajar com grupos cívicos na base de evidências e a obrigação de produzir justificações e explicações sobre o uso dos recursos públicos. Adicionalmente, a intenção é melhorar a integração dos cinco processos de gestão de recursos públicos entre diferentes níveis de governação (municipal, distrital provincial e nacional).

A Teoria de Mudança do MuniSAM reconhece que uma governação socialmente responsável requer um **equilíbrio entre as capacidades dos intervenientes-chave do lado da demanda e no lado da resposta à demanda.**



Resumo da Teoria da Mudança do MuniSAM

O Programa MuniSAM foca os aspectos sobre como **melhor garantir a realização progressiva das necessidades humanas dentro dos recursos disponíveis.** A metodologia do Programa apoia-se na utilização de evidências concretas sobre a realidade local. Para garantir uma base de evidências útil e suficiente, os membros dos SAMComs e a equipa do MuniSAM documentam todos os passos no processo, em actas, relatórios, jornais de resultados (outcome journals), vídeos, fotografias, etc., que são utilizados na promoção de uma **interacção contínua, construtiva e sistemati-**

zada entre os actores do lado da demanda e do lado da resposta à demanda.

Uma das ferramentas inovadoras introduzidas pelo Programa são as histórias digitais. A História digital³ é uma experiência de aprendizagem / invenção apoiada por tecnologia, permitindo aos participantes criar a sua própria curta-metragem contendo voz, imagem e música.

Durante a formação dos SAMComs (e o trabalho que estes desempenham no terreno) estão **conjugados os direitos dos cidadãos com os seus deveres** pois uma das pre-



Participantes durante uma sessão de formação em Histórias Digitais

missas do Programa é que não basta exigir responsabilidades, é também crucial cumprir com os deveres (pagamento de impostos, taxas, etc.). Isto permite que as autoridades municipais olhem para as iniciativas de responsabilização social numa perspectiva de parceria e permite a abertura de canais de diálogo e engajamento. Não menos importante é assegurar a independência dos SAMComs pois, apesar de existir um acompanhamento forte da equipe do MuniSAM, em termos de capacitação técnica necessária e assistência contínua, a decisão sobre as áreas a monitorar é tomada pelos próprios SAMComs.

³ Algumas histórias digitais produzidas no âmbito do Programa MuniSAM podem ser acedidos através dos links abaixo:

http://www.concern-universal.org/fiscal_citizenship_in_mozambique
http://www.concern-universal.org/the_rubbish
http://www.concern-universal.org/being_a_citizen_in_mozambique
http://www.concern-universal.org/changing_times_in_mozambique
http://www.concern-universal.org/neighborhood_of_hope

Principais Impactos do Programa

Maior engajamento entre os Órgãos Municipais e Municípes

De acordo com os Levantamentos de Base⁴, realizados antes do início da implementação do Programa nos Municípios-alvo, existiam muitas lacunas na relação entre os municípes, a sociedade civil organizada e os órgãos municipais. Neste contexto, desde a fase preparatória que os órgãos municipais têm sido mantidos a par de todas as actividades, tendo participado, inclusivamente na cerimónia de Lançamento Oficial do Programa. A partilha de informação entre a sociedade civil e as autoridades locais sobre os passos, objectivos e metas da iniciativa tem-se revelado fundamental para o sucesso de qualquer Programa na área de Governação, assim, é de extrema importância estabelecer uma relação de parceria e de confiança entre todos os actores envolvidos e interessados. Ao mesmo tempo, a abordagem metodológica do MuniSAM tem promovido entre os municípes dos Municípios-alvo do programa um sentimento, cada vez maior, de pertença ao seu respectivo Município.

Acreditamos que a ausência de iniciativas de intervenção de municípes organizados na governação municipal devia-se, em parte, ao receio que existia da conotação política que se encontrava associada a qualquer acção de monitoria, impedindo uma participação cívica efectiva. Com base neste cenário o trabalho exercido pelos SAMComs permitiu desconstruir a ideia de que os apelos à melhoria da provisão de serviços con-substanciam-se em actividade política. A este facto acresce a ideia, sempre sublinhada no âmbito do Programa, que o direito a exigir explicações e justificações é um direito humano porque prossegue a satisfação de necessidades humanas e que o trabalho exercido é de natureza completamente apartidária.

Para os membros dos SAMComs foi possível estabelecer um relacionamento de parceria com o Governo Municipal. Para os mesmos, tal sucesso é causado pela constante comunicação que o grupo estabeleceu com as autoridades municipais e pelo facto de todos os passos dados pelo grupo serem previamente comunicados ao Conselho Municipal, uma condição, com efeito, importante para assegurar o sucesso de todo o processo. Um dos membros do SAMCom de Mocuba afirma

que *“as constatações do Relatório de Auditoria Social e as nossas actividades são partilhadas com o Conselho Municipal e com a Assembleia Municipal para que estes estejam 100% a par de todo o nosso trabalho. Este tipo de atitudes fez com que ambos nos respeitassem muito e nos incluam nos seus trabalhos. (...) O SAMCom participou também na planificação e na disseminação do plano de actividades, agora queremos ver o resultado da nossa participação nesse plano”*.

Adolfo Silvério, Técnico da Vereação de actividades Económicas do Conselho Municipal de Cuamba, que participou nas formações promovidas pelo MuniSAM refere que o processo de formação trouxe para si *“muita informação sobre alocação de recursos e colecta de receitas. Explicavam como as coisas acontecem mesmo e houve muita troca de experiências e opiniões entre Conselho Municipal e a Sociedade Civil. Aproveitamos estas oportunidades para crescer mais, para avançarmos, na estratégia de cobranças, o que fazemos hoje na cobrança não era como fazíamos antes. Desde que apareceu o MuniSAM e o SAMCom que nós conseguimos trabalhar com a Sociedade Civil muito melhor. Nas formações que nos convidaram para participar foi muito bom, eles explicam tudo muito bem e muito claro e o facto de eles incluírem os funcionários aqui do Conselho Municipal é melhor ainda porque as outras associações da Sociedade Civil nunca convidavam-nos. Isto faz com que a nossa vontade de trabalhar com eles seja maior, porque também beneficiam a nós, com estas formações a que nós não temos muito acesso devido à falta de recursos financeiros para o efeito”*. De acordo com o entrevistado, as formações em que participou *“tiveram impacto, foram muito positivas, numa delas falamos de prestação de contas, da conta de gerência, (...) as dúvidas são esclarecidas na altura, aprendemos o calendário e os prazos do ciclo de planificação e orçamentação o que é muito bom para o munícipe ver que nós temos alguém de tutela a quem prestamos contas. A Sociedade Civil percebeu que pode pedir contas, dar sugestões e participar e isso é bom para nós”*.

⁴ Os Relatórios de Levantamento de Base de todos os Municípios-alvo do Programa podem ser consultados a partir do endereço: <http://www.concern-universal.org.mz/index.php/publicacoes>

Os membros dos SAMComs são considerados os “olhos das Assembleias Municipais nas comunidades” pois apoiam na identificação das preocupações, necessidades e interesses das comunidades, e, é nesta perspectiva que são convidados a participar nas sessões públicas das Assembleias Municipais, quer ordinárias quer extraordinárias. Um exemplo é o do Município de Mocuba em que, na abertura da Assembleia Municipal do novo elenco, o Presidente do SAMCom Pedro Salimo foi convidado a discursar sobre o papel de uma sociedade civil organizada e vibrante, que discute assuntos municipais em

prol da satisfação das necessidades básicas e primordiais dos munícipes e da gestão eficaz dos recursos municipais por parte dos governantes. A Presidente recém-eleita do Conselho Municipal, Beatriz Gulamo, confirmou a presença do SAMCom na sessão da Assembleia e afirmou que *“o Presidente do SAMCom foi convidado e dado a palavra para ele fazer apresentação do Programa de monitoria de responsabilização social ao nível dos municípios ao novo elenco. Estamos prontos para poder aprender, se tivermos o apoio do Programa seria muito, muito bom”*.



Equipa da MuniSAM com o Presidente e outros membros da Assembleia Municipal de Metangula

SAMCom, Municípios e Presidente do Conselho Municipal de Mocuba à saída do evento da Audição Pública



“Campeões” dentro do Governo (dentro dos executivos Municipais)

Com o objectivo de assegurar uma maior compreensão e aderência por parte do Governo, o Programa aplica a abordagem de referências - Campeões - funcionários do Governo que entendem e apoiam o Programa e que estão em posição de influenciar os seus pares. Por exemplo:

A Sra. Zena Ismael Pecado Aly, membro do Conselho Municipal de Mocuba e Assessora do Presidente do Conselho Municipal durante a Mesa Redonda promovida pela Concern Universal, MASC e CESC⁵ em Maputo, em Setembro de 2013, afirmou que ela própria no início do Programa se opunha à iniciativa e achou estranho o facto de os cidadãos monitorarem o desempenho do Governo, mas, quando compreendeu o objectivo do Programa e testemunhou o impacto da Audição Pública deu-se conta de que o Governo só pode ganhar com este tipo de intervenções, porque o objectivo é comum - a melhoria da vida dos cidadãos e o desenvolvimento do Município.



“O grande segredo desta vitória, pelo menos no meu Município, no nosso Município de Mocuba foi que cada uma das partes ao longo do percurso entendeu qual era o seu papel, no princípio nós, alguns que duvidávamos o que o SAMCom iria fazer, percebemos que o SAMCom, não era uma segunda Assembleia mas sim uma força da sociedade que nos ia ajudar nos nossos trabalhos, foram muitas as lições aprendidas, eu estou muito satisfeita por ter participado neste processo e no fim da Audição Pública o Presidente do Conselho Municipal de Mocuba disse: «Zena, vamos fazer uma nova Audição em Dezembro», pela satisfação que teve da forma da abordagem feita pelo SAMCom e aprendemos muito naquela Audição, aprendemos até como a partir de agora elaborar o documento que o é o relatório de balanço, graças àquelas que foram as abordagens da SAMCom”.

(Zena Ismael Pecado Aly, Assessora do anterior Presidente do Conselho Municipal)

No geral foram vários os “campeões” dentro do Governo, podemos entre outros mencionar nomes como Vicente da Costa Lourenço (Presidente do Conselho Municipal de Cuamba), Armando Micaias – (Presidente da Assembleia Municipal de Metangula) e Horácio Lobo (Vereador do Conselho Municipal de Quelimane):



“O MuniSAM fez-nos perceber que esta questão da transparência é muito importante. O relacionamento dos governantes com a sociedade civil está muito melhor e isso cria um ambiente de governação muito melhor. (...) Há muita coisa aqui no Conselho Municipal que nós não sabíamos e que agora sabemos e que aprendemos através das formações. O reforço do capital humano é muito importante, por isso devem continuar a promover as formações e a incluir os funcionários do Conselho Municipal. Melhorou também o relacionamento entre o Conselho Municipal e os municípios porque o SAMCom leva a mensagem às comunidades (...)”.

(Vicente da Costa – Presidente do Conselho Municipal de Cuamba)

⁵ MASC – Mecanismo de Apoio a Sociedade civil; e, CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação de Sociedade Civil;

Melhorias da qualidade de serviços prestados pelos Órgãos Municipais

Um importante desafio enfrentado pelas autarquias tem a ver com a capacidade de as mesmas prestarem serviços de qualidade e acessíveis a todos os munícipes. A Teoria da Mudança do MuniSAM acarreta consigo a ideia de que o esforço de monitoria empreendido pelos cidadãos pode originar uma resposta positiva por parte dos funcionários e autoridades melhorando a qualidade e acesso aos serviços por si prestados. Como resultado regista-se nos Municípios abrangidos pelo MuniSAM o aumento da participação dos munícipes nos processos de governação e gestão municipal e consequentemente a melhoria na provisão dos serviços básicos. É notável, por exemplo, que a consciencialização que os SAMComs têm desempenhado junto das comunidades tem tido um impacto forte na mudança de atitude e interesse dos munícipes residentes nos Municípios-alvo do Programa quanto à participação em assuntos municipais. Este interesse crescente por parte dos munícipes é também, em grande parte, resultado da abertura dos órgãos municipais para a participação dos cidadãos.

“(...) Hoje o munícipe sabe quem faz parte do Conselho Municipal conhece os nomes dos membros do executivo e em que vereação trabalha. No princípio custou-nos; hoje estamos muito contentes (...). (...) A População agora participa muito mais, quando marcamos encontros nos postos hoje todos vão em peso e não só para ouvir, mas para questionar, tem havido muita intervenção com os munícipes, este tipo de abordagem promove e encoraja a participação. A presença dos munícipes encoraja a nossa responsabilidade e promove a nossa relação e interacção com os munícipes”.

(Horácio Lobo – Vereador de Administração e Finanças do Conselho Municipal de Quelimane)

As visitas ao terreno permitiram verificar que as intervenções dos SAMComs junto dos seus respectivos Conselhos Municipais contribuíram para resolver alguns problemas relacionadas com a provisão dos serviços como a melhoria na gestão dos resíduos sólidos; aceleração na construção de mercados, escolas, centros de saúde e furos de água; inclusão, nos planos municipais, da construção de rampas de acesso para pessoas com deficiência em instituições públicas; melhoria dos serviços prestados na morgue, através da aquisição de viatura funerária e sistema de frio; entre outros.

“O que temos visto é que algumas actividades planificadas podem não ser feitas por diversos motivos, mas deve ser explicado pelo Conselho Municipal. A nossa missão é o desenvolvimento do nosso município, vamos trabalhar no desenvolvimento desta zona apoiando o Conselho Municipal. Temos o caso do alpendre de venda de peixe e carne no mercado de Seli. A obra havia parado, mas com o surgimento do SAMcom e perante a nossa pressão, foi retomada”.

(José Cachembele, Presidente do SAMCom de Metangula)

“(...) Hoje o munícipe conhece quem é que deve fazer a actividade A, quem deve fazer a actividade B, e eu sinto, que a comunicação mudou bastante, nós hoje já recebemos petições na Assembleia Municipal, (...). Graças à contribuição da sociedade civil e esta interacção permanente que nós temos hoje com a sociedade civil, nós conseguimos concretizar estas actividades. Hoje em Metangula já temos a viatura (funerária), já temos a morgue, já conseguimos mudar aqueles sítios (de depósito de lixo), já não vão apanhar o lixo amontoado (...)”.

(Armando Micaias – Presidente da Assembleia Municipal do Município de Metangula)

Casa Mortuária em Metangula



Furo de água em Cuamba



Melhoria no acesso à Informação

Qualquer trabalho de governação tem como pedra angular o acesso à informação. A informação disponível sobre os planos, orçamentos, fundamentações e desempenho das autoridades é importante para que se possa acompanhar e monitorar o processo de gestão de recursos públicos. Ademais, o acesso efectivo à informação implica que a mesma seja disponibilizada para consulta de forma atempada, em linguagem clara e acessível para diferentes estratos da sociedade civil e através de canais de maior acesso, e que contenha o grau necessário de detalhe para descrever o que foi planeado e / ou feito e a fundamentação que orientou a selecção das actividades planificadas face ao universo de necessidades e prioridades existentes.

Tendo sido identificada uma série de desafios no acesso à informação, incluindo a informação cuja disponibilização é legalmente obrigatória, os SAMComs enveredaram por uma abordagem de promoção de uma boa relação com os órgãos municipais tendo como base a realização de acções conjuntas e na partilha regular de informações sobre as actividades desempenhadas pelo SAMCom. Nestes termos, os SAMComs promoveram encontros regulares com Vereadores dos Municípios-alvo, com a Assembleia Municipal, com lideranças comunitárias e com as comunidades a que pertencem, sempre numa perspectiva de levar a cabo processos inclusivos e transparentes. Apesar de ainda não se ter ultrapassado este desafio - porque afinal depende também de aspectos sistémicos a nível nacional - hoje, tanto governantes municipais bem como os munícipes em geral, compreendem que uma governação transparente e participativa conduz ao desenvolvimento do seu Município.

“Os nossos instrumentos de trabalho são as evidências que colhemos no terreno, com o auxílio do Plano de Activi-

dades do Conselho Municipal de Metangula, Relatórios da Inspeção Geral das Finanças e Tribunal Administrativo, Orçamento do Município, não estamos a inventar nada no nosso trabalho”.

(José Cachembele, Presidente do SAMCom de Metangula)

“Para termos acesso aos documentos tivemos de garantir ao Presidente do Conselho Municipal que não faríamos nada sem a sua permissão, aí ganhámos a sua confiança. Solicitamos através de uma carta dirigida ao antigo Presidente o Plano Anual, o Relatório de Balanço e a Conta de Gerência, e sem solicitação disponibilizaram também o Plano Estratégico”.

(Pedro Salimo – Presidente do SAMCom de Mocuba)

“Conseguimos que no meu bairro pelo menos distribuíssem um documento que afixam no mercado, com o valor que o Conselho Municipal arrecadou da colheita das receitas, conseguimos isso porque fomos ao Conselho Municipal explicar que as pessoas não queriam pagar as taxas porque pensavam que o dinheiro ia para os bolsos dos funcionários do Conselho Municipal, nós explicamos isso e começaram a afixar a colheita feita pelo Conselho Municipal ali para todos verem”.

(Filipe Macuinja – Membro do SAMCom de Metangula)

“Com o SAMcom temos possibilidade de ler leis sobre Municípios através da pasta de arquivo da comunidade. A pasta fica guardada na minha casa. Para quem quer consultar qualquer coisa vem pedir o livro e depois de ler deixa. São muitas pessoas que aparecerem para ler. Os livros mais procurados são a Constituição da República e Leis sobre Municípios (Colectânea de Legislação Autárquica). Outras pessoas querem ver planos do Município e Código de Posturas Municipal (...)”.

(André Paulo Carlos Chiwalo, Município de Metangula)

Fortalecimento da Sociedade Civil local

Em Moçambique o papel da sociedade civil tem sido questionado e discutido de forma constante relativamente a questões de poder de intervenção, a sua imparcialidade e independência das instituições governantes, a sua capacidade em termos de influência e a sua funcionalidade quanto a recursos financeiros e humanos. No cenário real o que se verifica é uma sociedade civil envolvida num grande leque de acções em áreas sociais mas pouco empenhada em processos de governação e de gestão de recursos públicos⁶.

Os relatórios de Levantamento de Base do MuniSAM nos Municípios-alvo do Programa revelam que a sociedade civil a nível Municipal se enquadra no mesmo retrato nacional. Estes estudos retrataram uma sociedade civil dormente, com pouco espaço de acção dentro do cenário político municipal, insuficientemente informada e pouco conhecedora sobre aspectos e processos de governação a nível Municipal. Um dos principais impactos que o MuniSAM trouxe para os Municípios-alvo foi uma abordagem de colaboração entre a sociedade civil e as autoridades Municipais e também uma nova visão sobre o que deve ser a actuação da sociedade civil, e, sobre o dever de municípios de todos os quadrantes, de participar no acompanhamento da gestão municipal. É legítimo afirmar que a sociedade civil destes Municípios se tornou mais forte e mais eficaz com a utilização das ferramentas de responsabilização social fornecidas pelo Programa.

“O Programa é que mudou isso (fortalecimento da sociedade civil de Cuamba), nós SAMCom fomos o veículo dessa mudança. O MuniSAM influenciou muito a sociedade civil em termos de abordagem através dos cinco passos de monitoria que fazem com que a mesma seja mais eficaz. Ao mesmo tempo a formação dada pelo Programa ao SAMCom fez com que tenhamos tido uma boa abordagem tanto com a comunidade como com o Conselho Municipal melhorando em muito a rela-



Romão Braga – anterior Presidente do SAMCom de Cuamba

ção entre governantes e governados. O código de conduta do SAMCom contribuiu para a compreensão por parte dos municípios e também dos membros do SAMCom de como se deve falar com os governantes (...). A nossa abordagem é construtiva por não expormos críticas e acusações logo em público, pelo contrário, encaminhamos primeiro às autoridades competentes sem criar desavenças de forma a obter os resultados esperados”.

(Romão Braga – Ex-Presidente do SAMCom e actual Vereador de Água e Saneamento do Conselho Municipal de Cuamba)

⁶ Francisco, A. (2010). “Sociedade Civil em Moçambique: expectativas e desafios”. In: Desafios para Moçambique 2010. pp. 51-107. Maputo: IESE. Consulta *online*: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_3.SocCivil.pdf

“O MuniSAM trouxe para Mocuba uma abordagem que veio fortalecer ainda mais a sociedade civil, uma abordagem que representa um mecanismo sensibilizador e fiscalizador dos órgãos municipais, reforçando as capacidades dos três grandes actores envolvidos (Sociedade Civil, Assembleia Municipal, Conselho Municipal). (...) Hoje o munícipe sente que tem um espaço (Audição Pública) onde pode falar sobre os seus problemas, por exemplo sobre os problemas que afectam os seus bairros e o seu dia-a-dia como o problema da má gestão do lixo, a erosão que destrói as vias públicas, falta de água potável, entre outras. (...) O SAMCom consciencializou os munícipes sobre os processos de gestão de fundos públicos e explicaram que se eles pagam os seus impostos tem o direito de conhecer os planos de actividades e receitas disponíveis e de exigir explicações sobre o seu uso. Antes de o MuniSAM entrar em Mocuba o Conselho Municipal e a Sociedade Civil só engajavam em assuntos ambientais e sociais (...). Quando chegou o MuniSAM foi a primeira abertura do Conselho Municipal para a área de governação, o Conselho Municipal abriu uma porta ao MuniSAM porque a metodologia desenvolvida pela Concern Universal para este Programa mostrava que o mesmo existia para ajudar a melhorar o desempenho do Conselho Municipal e da Assembleia Municipal. A própria Assembleia Municipal sabia do vazio que existia no espaço de acção deles naquilo que é a sua função (...). Assim a Assembleia Municipal não exercia a sua função de fiscalizadora do executivo. O SAMCom entrou na Assembleia Municipal como um órgão de apoio que existia



Jorge Cardoso – Coordenador do NANA

para os ajudar a redefinir o seu papel nos processos de gestão municipal. Hoje a Assembleia Municipal deposita grande confiança em nós e prova disso é o facto de sermos convidados permanentes nas suas sessões”.

(Jorge Cardoso – Coordenador do NANA e membro do SAMCom de Mocuba)



Membros do SAMCom de Cuamba durante a sessão de formação de Histórias Digitais



Membros do SAMCom de Montepuez realizando um trabalho em grupo durante a formação sobre o Ciclo de Responsabilização Social

Aumento da Base Tributária

Um dos principais desafios relacionados com a descentralização e com a implantação das autarquias em Moçambique é a capacidade de gerar receitas localmente⁷. Tal capacidade é uma condição para oferecer às autarquias a necessária autonomia em termos da tomada de decisão, entre outras, sobre as prioridades de intervenção da autarquia, sobre as prioridades de realização de despesas (considerando a limitação de recursos disponíveis) e sobre as fontes de angariação de receitas. A capacidade de geração de receitas tem implicação óbvia com os compromissos assumidos junto das comunidades sobre as acções mais prementes que se propõem realizar em exercícios seguintes.

Numa tentativa de fortalecer não apenas a capacidade dos munícipes de interagir com o Conselho Municipal mas também incrementar o nível de colecta de receitas, o Programa valorizou a importância do cumprimento das suas obrigações fiscais pelos munícipes. Nestes termos, uma actividade importante dos SAMComs foi a realização de campanhas de sensibilização relativamente, à obrigação de pagamento de impostos municipais e à importância destes impostos como contributo para os cofres municipais para a realização das despesas necessárias; e a melhoria do tratamento dos munícipes pela polícia municipal, principalmente no que toca à cobrança de taxas e impostos municipais. Este trabalho de sensibilização permitiu contribuir para o aumento da colecta de receitas, conforme pode ser depreendido das afirmações abaixo.

De acordo com o anterior Presidente do Conselho Municipal de Metangula, Anafe Charifo *“o trabalho do SAMcom contribuiu para registar um aumento na colecta das receitas”*. Esta informação foi também sublinhada pelo Presidente da Assembleia Municipal da mesma autarquia, o Sr. Armando Micaías, *“também se sentiu um impacto, antes muitas pessoas não pagavam impostos, a sensibilização que o Conselho Municipal fazia não era suficiente, e quando vem da parte da Sociedade Civil os munícipes ouvem muito mais, foi isso que aconteceu quando o SAMcom começou a fazer sensibilização sobre a importância de pagar impostos para o desenvolvimento da própria autarquia. As pessoas, muitas delas, hoje em dia já vão pagar os seus impostos sozinhos, não é preciso mais perseguir as pessoas e manda-las pagar”*.

Perguntas comuns durante as palestras de sensibilização organizadas pelos SAMComs:

- Porque é que temos de pagar esse imposto como uma obrigação?
- Eu pago imposto, será que então o Governo não dá dinheiro para os meus trabalhos?
- Eu é que devo pagar esse imposto? Não deve ser dinheiro do Governo?
- As mulheres também têm de pagar impostos? E nós mulheres vamos pagar porquê?
- Porque é que os polícias (municipais) capturam os jovens sem licença de bicicleta quando vão à escola se tem uniforme? Porque eles têm de pagar imposto de bicicleta? (a abordagem de pedir o pagamento de impostos a jovens com a farda escolar na hora que estes se deslocam à escola foi uma das grandes reclamações da comunidade. De acordo com os participantes nas palestras esta situação era intolerável).

A mesma situação foi encontrada em Cuamba, onde, de acordo com Laurinda Luís, Chefe de Contabilidade do Conselho Municipal, como resultado da sensibilização fiscal desenvolvida pelo SAMCom os munícipes começaram a compreender a importância de pagarem os seus impostos e a *“(...) receita subiu e o número de contribuintes subiu também. (...) Vemos melhores resultados de receitas e do lado do Conselho Municipal com o aumento da receita para usar em actividades sociais. No ano passado entregamos 6 escolas, cujas primeiras e últimas prestações já foram pagas com receitas próprias. (...) Todo o valor que sobrou em 2013 transitou para a conta de investimento para 2014, perto de 40 mil meticais. Foi muito positivo, com esse dinheiro já pagamos algumas obras. Concluimos o centro de saúde e uma das escolas ainda este ano”*.

Para levar a cabo actividades de sensibilização os membros dos SAMComs entram em contacto com a Vereação responsável pela administração financeira do respectivo Município de forma a obter acesso a quaisquer documentos rele-

⁷ Nuvunga, A. A., et al (2012). *Moçambique: Descentralizar O Centralismo? Economia Política, Recursos E Resultados*. Maputo: IESE.

vantes às receitas colectadas no período em análise. O grupo analisa a informação e procura traçar a melhor estratégia de intervenção. Após estes preparativos iniciam uma campanha de sensibilização fiscal junto dos mercados, das comunidades e de outros locais públicos. O Programa celebrou Memorandos de Entendimento com as rádios comunitárias locais e os grupos utilizam-nas para fazer chegar esta mensagem a um número de pessoas mais elevado. Como resultado do trabalho dos SAMComs grande parte dos munícipes compreende hoje a importância de pagarem os seus impostos mas também se registou uma redução nas ilegalidades na cobrança de impostos. Antes de o MuniSAM existir os agentes da polícia municipal

de Cuamba interpelavam os munícipes na via pública (principalmente motociclistas e ciclistas) para cobrar os impostos devidos. Com a sensibilização - acoplada ao apelo desenvolvido junto dos Conselhos Municipais para mudar este comportamento - o processo de cobrança não se desenrola mais na via pública, e é agora feito de forma mais organizada, consequentemente o nível de impostos cobrados subiu. Ademais, este trabalho de acompanhamento permitiu algumas alterações no sistema de produção de senhas de cobrança, reduzindo a probabilidade de ocorrência de situações de desvio de receitas cobradas para fins ilícitos.

Melhoria no relacionamento com as Lideranças Locais

Em Moçambique as políticas de descentralização formalizaram a dinâmica sociopolítica do processo de democratização em que a relação entre Estado e Chefes Tradicionais era determinante. Os líderes tradicionais e as estruturas de bairros constituíram sempre os principais intermediários entre cidadãos e autoridades governamentais, tendo contribuído para que conquistassem o seu espaço nos processos de governação local. Também conhecidos como Autoridades Tradicionais, as lideranças locais conquistaram um papel institucional e enquadrado no quadro jurídico-legal nacional em que, como representantes das comunidades que os reconhecem como tal, devem colaborar e reportar aos órgãos dos distritos municipais em várias actividades de domínios da sociedade que visam a realização das necessidades dessas mesmas comunidades⁸.

Contactos mantidos nos Municípios-alvo indicam que os SAMComs trabalham a nível de base, replicando o que aprendem nas formações junto dos líderes de cada bairro que depois repercutem as mensagens às suas comunidades. Em conformidade, os chefes de localidade e dos bairros tornaram-se aliados da missão dos SAMComs. O objectivo do Programa não é de forma alguma procurar alianças políticas, mas o contacto e trabalho junto das comunidades é facilitado quan-

do se consegue a abertura por parte dos respectivos líderes locais, um elemento importante para o estabelecimento de parcerias sólidas e duradouras com os munícipes. Assim, no âmbito do MuniSAM os líderes são envolvidos não como actores políticos mas como munícipes influentes dentro das suas comunidades ao mesmo tempo que são consciencializados do seu poder de influência juntos dos seus pares bem como dos órgãos municipais. A interacção e o fortalecimento da relação entre SAMComs e líderes comunitários representa um incentivo para os munícipes participarem de forma mais activa e é também um elemento que se revelou importante para espalhar a mensagem do Programa e sensibilizar os munícipes sobre os seus direitos e deveres bem como o seu papel na gestão da coisa municipal.

“Eles trabalham na base, deram formações aos líderes de cada bairro que depois explicam as leis, deveres e direitos aos habitantes dos bairros. Esses são os braços direitos dos SAMComs – chefes de localidade, representantes do chefe do Município lá nos bairros – e assim a população também se envolve mais”.

(Laurinda Luís – Vereação de Contabilidade do Conselho Municipal de Cuamba)

⁸ Lourenço, V. A. (2009). “Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas”. In: *Autoridades Tradicionais em África: um universo em mudança*. Cadernos de Estudos Africanos 16/17. Lisboa: Centro de Estudos Africanos ISCTE. Disponível online: <http://cea.revues.org/189>

“As pessoas hoje, graças a este Programa, tem muito mais consciência sobre o que esta se a passar, sabe que tem direitos e que acima de tudo tem o direito de exigir esses direitos, foi isso que o Programa trouxe de melhor. (...) Eles (SAMCom) não põem só problemas, põem também soluções. (...) Eu como um líder desta comunidade tenho de trabalhar para o bem-estar de quem vive aqui, e é nessa intenção que dou apoio aos trabalhos do SAMCom porque é isso que eles fazem”.

(Padre Franco Sidney – Líder Religioso de Metangula)

“Um dedo só não mata piolhos então temos de trabalhar juntos, quantas mais pessoas envolvidas melhor e eles (SAM-

Com) são uma organização que tem uma maneira diferente de interagir (...). Quanto mais abertura, mais participação, mais transparência, mais parceiros e mais desenvolvimento. Por isso o SAMCom deve manter-se com esta mesma dinâmica de trabalho, continuar a aconselhar o Conselho Municipal e a continuar a ser esse elo de ligação. Esse receio das pessoas de falar é devido a represálias, desconfiança, medo de conotação. Até quando existe abertura as pessoas receiam falar directamente com os líderes e o SAMCom pode prestar esse papel que é através do seu trabalho representar todas as comunidades de Mocuba”.

(David Lourenço Cotxiua – Líder Comunitário de Mocuba)



Mocimboa da Praia – Província de Cabo Delgado

Melhorias na área do Meio Ambiente

Os SAMComs realizaram campanhas de sensibilização no âmbito da gestão de resíduos sólidos nos bairros dos Municípios em que actuam e através das rádios comunitárias mobilizaram munícipes, representantes dos Conselhos Municipais e das Assembleias Municipais a participarem em Jornadas de Limpeza em hospitais, bairros e mercados. Os SAMComs fazem pressão para que os Conselhos Municipais melhorem os procedimentos de gestão de resíduos sólidos e para a identificação de locais para a implantação de aterros sanitários. Nos

Municípios em que existem silos, os SAMComs estão a pressionar os Conselhos Municipais para realizarem campanhas de educação cívica junto dos munícipes para que estes saibam como usá-los, pois, actualmente, a maior parte dos munícipes não compreende o propósito dos silos e acaba por deitar o lixo à volta dos mesmos.

“Tão a ser construídos mais silos mas os munícipes continuam a deitar o lixo em volta e não dentro dos silos porque eles não compreendem para que serve o silo, só construíram e não fizeram nenhuma sensibilização junto das comunidades em como usar o silo e para que serve. Falta de educação cívica por parte do Conselho Municipal para com a população, esse é que é o problema, porque se a população entender para que servem os silos e que o uso dos silos é para o seu próprio bem eles vão usar. As pessoas até pensam que é uma bilheteira, nós aqui na rádio fizemos uma pesquisa e descobriu-se que as pessoas pensavam que era tudo menos um silo para o lixo, desde acharem que era tribuna para discursar, como bilheteira, palco, entre outras”.

(Stiven Mapira – Coordenador da Rádio Comunitária de Cuamba)

“Antes iam deixar no rio, outras vezes nas extremidades dos bairros. Temos o direito de viver num sítio limpo, por isso, marcamos uma audiência com o Presidente do Conselho Municipal e fomos de vereação em vereação para procurarmos saber onde podíamos ajudar. Os Vereadores concordaram com a nossa proposta de meia consultoria, entre vereações e SAMCom, e até as auscultações são muitas vezes feitas em conjunto entre Vereadores e membros do SAMCom”.

(Agostinho Augusto – Membro do SAMCom de Cuamba)



Silo em Cuamba

Maior observância de Aspectos de Género

O MuniSAM também trouxe melhorias no que toca à equidade de género. Com efeito, em todas as actividades de sensibilização as equipas envolvem sempre, pelo menos, dois indivíduos, de ambos sexos, porque, segundo justificam “só assim temos uma ideia mais completa da situação porque são duas cabeças que pensam diferente, o nosso objectivo é conquistar a igualdade entre os sexos, queremos combater o preconceito e queremos dar o exemplo, as mulheres do SAMCom são tão capazes quanto os homens e queremos mostrar isso à comunidade”, ademais e de acordo com um membro do SAMCom de Cuamba, “quando uma mulher do SAMCom dá uma palestra as outras mulheres falam muito mais, fazem muitas perguntas e participam muito mais do que se fosse um homem a dar a palestra, sentem-se confidentes para falar e sentem-se mais à vontade por causa da presença feminina que está a falar com elas e vêem que aquela mulher tem coragem de falar em público sobre qualquer assunto. Quando dei palestras de sensibilização fiscal muitas mais mulheres estavam a fazer perguntas e foram muito aplaudidas pelos homens presentes, para elas foi muito bom, perceberam que são respeitadas e por isso tem mais vontade de participar”.

“O secretário deu a prioridade às pessoas para escolherem um homem e uma mulher para ser membros do grupo. A

minha vizinha Sara falou o meu nome e as pessoas começam a bater palmas. Eu no princípio neguei. As pessoas começaram a falar que só querem a mim. Aceitei e fiquei feliz porque me escolheram. Depois fomos convidados para uma formação. Na primeira formação não entendia muitas coisas, mas com as outras formações começava a entender pouco a pouco e me abriram os olhos. Agora já sei como falar com a comunidade, já sei contribuir nas reuniões, já sei como levar as lamentações da comunidade, aprendi a importância e a vantagem dos impostos, agora sou uma mulher activa e participo com muita força e contribuo nos encontros dos grupos no município (...)”.

(Sónia Amana Sufiane - Membro do SAMcom de Metangula)

“Quanto à questão do Género o SAMCom também tem feito sensibilização sobre a importância da igualdade entre homens e mulheres. Eles mostram que precisamos incluir as mulheres na política, todos acreditamos que o papel das mulheres é preponderante para o desenvolvimento deste Município e do cidadão, veja que a mulher é que carrega água, ela é por isso, a melhor pessoa para discutir a importância de água canalizada, ela é também um elemento chave na discussão de outras matéria como HIV e SIDA, saneamento, e outras”.

(Armando Micaias – Presidente da Assembleia Municipal de Metangula)



Algumas das mulheres membros dos SAMComs dos Municípios-alvo

Sara Estevan Wachica

Sara Estevan Wachica tem 24 anos e nasceu em Cuamba, terminou a 12ª classe mais ainda não tem emprego fixo. Está no SAMCom como administrativa do Comité de Cuamba há dois anos desde que o grupo foi criado, *“a primeira vez que ouvi falar do SAMCom foi quando a equipe do MuniSAM chamou as comunidades dos bairros de Cuamba para a primeira reunião na Assembleia Municipal, e eu fui, lá me explicaram que era para formar um comité de monitoria. Depois o Augusto, meu colega do SAMCom, que é do meu bairro, me chamou a mim e a todo o quarteirão para elegermos duas pessoas para serem a voz do bairro, acabamos sendo nós os escolhidos, eu e o Augusto, que já havia reunido com a Concern porque fazia parte de uma associação de cá e quando a Concern chegou a Cuamba reuniu primeiro com as associações da Sociedade Civil”*.

De acordo com a entrevistada as formações capacitaram os participantes com conhecimentos e ferramentas que lhes permitiram desempenhar um trabalho relevante e reconhecido pela comunidade e outros actores intervenientes nos processos de formações. *“Quanto à mudança que o SAMCom me trouxe, como pessoa, é assim, quando entramos éramos fracos, nem eu para falar não conseguia, mas depois das formações, aprendemos muitas coisas e iniciou-se uma grande mudança em cada um de nós, a monitoria que fizemos nos bairros fez-nos ter de falar com muitas pessoas, vereadores, comunidades, agentes económicos, e a partir daí começamos a desenvolver as capacidades pessoais de cada um, a aprender como funciona a coisa pública. Hoje o SAMCom é louvado nos trabalhos que faz, antes não sabíamos quase nada, hoje sabemos, existe mais participação e há vontade de eu participar também, é assim que pensamos todos”*. Esta mudança contribuiu não só para que o trabalho do SAMCom se tornasse mais respeitado mas também a melhoria das capacidades individuais de cada membro do Comité, situação que se torna visível através do discurso de Sara quando explica que *“(…) aprendemos (…) a desenvolver a nós mesmo, nas nossas capacidades. Hoje exploramos qualquer assunto sem vergonha, sem medo porque sabemos o que estamos a falar. Quero continuar, este trabalho não deve, não pode parar, temos que melhorar, gostaria que melhorasse tudo”*.

Sara, que era conhecida como uma pessoa muito tímida revelou, durante a conversa com a equipa que realizou este estudo, que hoje se sente *“(…) à vontade para falar com as pessoas, (…) é muito vantajoso trabalhar com este grupo, ganhamos muita consideração na comunidade, as pessoas do meu bairro hoje me valorizam muito”*. De acordo com Sara esta mudança trouxe muitos aspectos positivos para a sua vida, *“dentro da minha casa acham que estou a fazer uma boa coisa, põem-me como uma pessoa que é capaz, me respeitam, meus avós dizem que tenho muita capacidade e boa cabeça, me entregam crianças para cuidar e me pedem opinião em muita coisa. Sinto-me mesmo orgulhosa da maneira como vejo as pessoas a me respeitarem, sinto-me muito orgulhosa”*.

Hoje afirma que *“(…) o SAMCom (…) ajudou-me a formar uma família com outras pessoas que não conhecia. A pessoa que mais me motivou... foi o Romão Braga, com certeza, ele motivava muito, dava medo falar com vereadores e com o Presidente do Conselho Municipal mas ele nos ajudava muito, dava-nos coragem”*. Sara explica também que através da interacção com os órgãos municipais através das formações e actividades do SAMCom hoje *“(…) uma boa relação hoje entre nós e o Conselho Municipal, com o Presidente, ele mesmo é que nos pede, para termos mais material, para trabalharmos mais, para termos mais formações e diz que estamos a fazer um bom trabalho de monitoria. Ele nos deixou muito à vontade, e nós sentimos que estamos a agir bem, isso cria um ambiente muito mais estável para a Sociedade Civil aqui em Cuamba”*.

Maior inclusão das Pessoas com Deficiência

Uma das tarefas dos SAMComs é a sensibilização dos actores municipais quanto à importância da inclusão de cidadãos com deficiência nos processos de governação. Para tal, os SAMComs organizam encontros entre os Conselhos Municipais e Municípes com deficiência para que estes possam partilhar os desafios quotidianos por si enfrentados, principalmente no que concerne ao acesso a instituições públicas (rampas de acesso). No caso de Cuamba, por exemplo, como resultado



Rampa no edifício do Conselho Municipal de Mocuba

deste encontro todos os edifícios do Conselho Municipal passaram a ter rampa de acesso como norma. Ao mesmo tempo, e como consequência alguns edifícios públicos e privados que não fazem parte do Conselho Municipal adoptaram a mesma medida.

“(...) Este é um Programa que acima de tudo sensibiliza e capacita a população, veja que, nós aqui em Cuamba não tínhamos rampas nem tínhamos noção da sua importância, hoje, após o trabalho do SAMCom nós percebemos que são muito importantes para o munícipe que vive com deficiência”.

(Vicente da Costa - Presidente do Conselho Municipal de Cuamba)

“Dantes a população era oca, após as formações muita coisa mudou, a população está muito mais instruída e tornou-se muito mais activa, informada e capacitada. Por exemplo, numa obra um munícipe virou-se para o empreiteiro e perguntou: «não vai ter rampa?». Ficamos muito satisfeitos (...)”.

(Romão Braga – Anterior-Presidente do SAMCom de Cuamba e actual Vereador de Água e Saneamento do Conselho Municipal de Cuamba)

Arco-Íris – Província de Niassa



**MOCUBA, ONDE TODOS OS
CAMINHOS SE CRUZAM
E MOÇAMBIQUE SE ABRAÇA**

CONCLUSÃO

O actual contexto, dos Municípios-alvo do Programa, ilustra dinâmicas e resultados positivos no que respeita a mudanças na forma de agir / estar e de pensar dos intervenientes do lado da demanda e da resposta à demanda. Se por um lado os órgãos municipais se mostram mais receptíveis à participação cívica e a uma auscultação mais séria das necessidades das comunidades, é possível perceber também um aumento gradual do interesse dos munícipes em participar e procurar informação sobre estes processos. Esta é uma das premissas básicas para o alcance de uma governação socialmente responsável. Aspectos como representatividade das comunidades nas decisões do Conselho Municipal, capacidade dos vários actores de interagirem entre si, a criação de espaços de diálogo pela iniciativa dos próprios munícipes e informado pelas evidências de base, a sensibilização sobre o cumprimento dos deveres do munícipe, são elementos importantes para compreender tal dinâmica.

Artur Albino Niriuaça, actual Presidente da Assembleia Municipal de Mocuba (anterior Vereador de Água e Saneamento), refere que “ (...) este Programa trouxe mais representação participativa nos processos de governação. Não podemos planificar uma coisa e depois fazer outra. É essencial fazer as coisas com o conhecimento dos munícipes, não podemos tomar decisões sozinhos, temos o dever de explicar e justificar as nossas decisões à sociedade, porque a coisa pública deve ser gerida com transparência. Aprendemos muito com o MuniSAM e continuamos a precisar de aprender mais, afinal «aquele que não pergunta pelo caminho certo acaba indo parar



Artur Albino Niriuaça - anterior Vereador de Água e Saneamento e actual Presidente da Assembleia Municipal de Mocuba no processo de explicação e justificação durante a Audição Pública em Mocuba

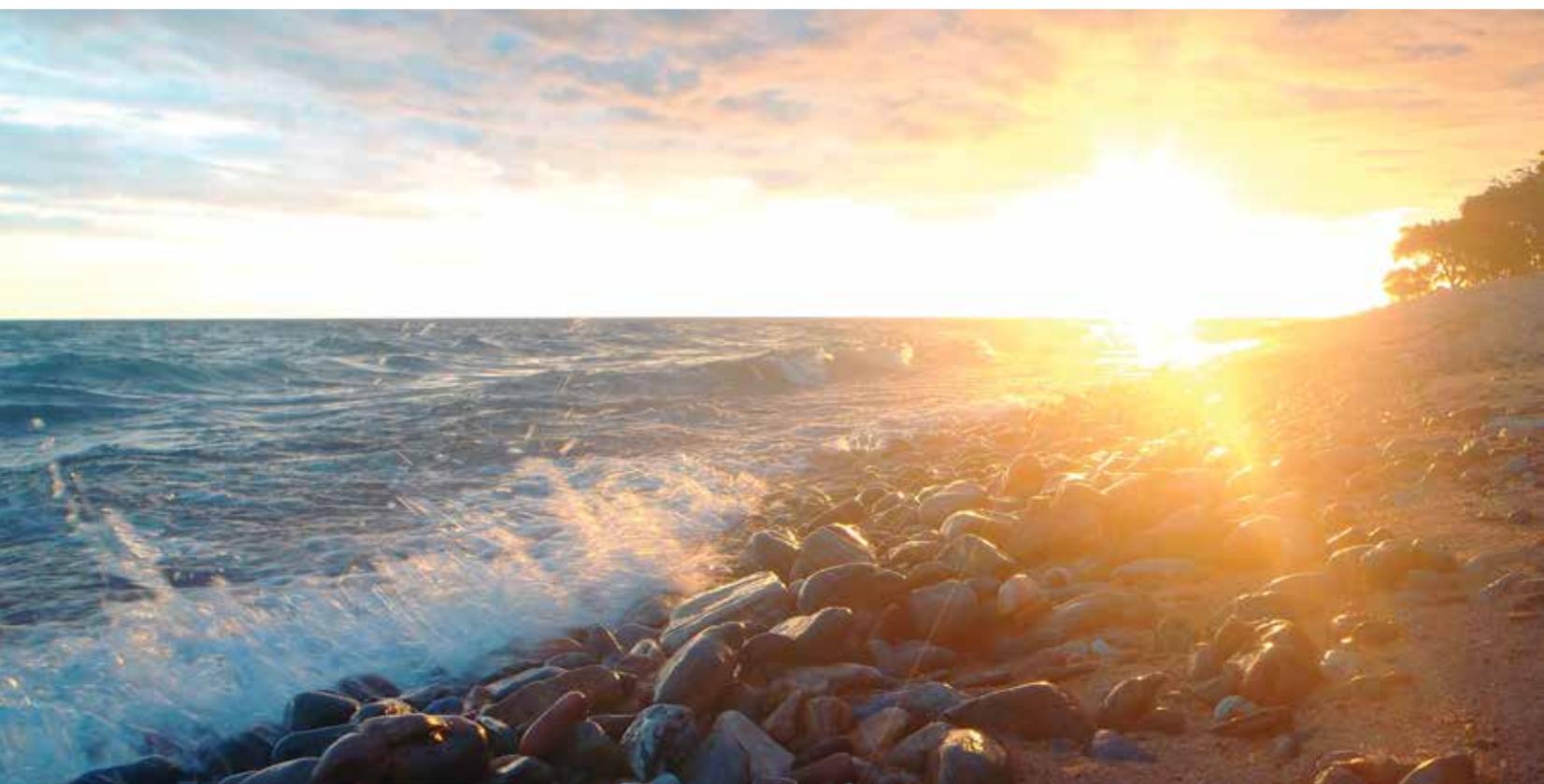
no cemitério». Nós precisamos de ajuda e o SAMCom é essa ajuda, nós valorizamos isso, o Programa não pode deixar de existir aqui em Mocuba, ainda precisamos muito para trabalharmos para melhorar a governação e a participação. Da Audição Pública saíram muitas ideias positivas, muitas ideias mesmo, e agora queremos seguir essas ideias. O SAMCom deu-nos um relatório com recomendações e são essas recomendações que queremos levar em conta e por essas ideias em prática. Essa Audição foi um momento de troca de conselhos, não foi um ataque, foi um encontro de muitas ideias entre Conselho Municipal, Assembleia Municipal e Sociedade Civil. Aqui em Mocuba já muitas pessoas conhecem o SAMCom, através das suas actividades e de envolverem membros da comunidade, eles tem essa inserção, são respeitados nos órgãos municipais, e veja até na Assembleia Municipal lhes deram a palavra, isso é uma coisa muito importante. Temos de ouvir os munícipes, não só eles são os donos do Município como são eles que vão usufruir daquilo que construirmos”.

As declarações acima expressam claramente o cenário de mudança. Contudo, ainda se colocam desafios cuja resolução é crucial designadamente, as dificuldades de acesso a informação com o detalhe, qualidade e clareza necessárias; a capacitação, onde aplicável, dos titulares de órgãos municipais (principalmente presidentes de Conselhos Municipais) em aspectos de responsabilização social entre os outros.

“(...) As capacitações fizeram-nos trabalhar melhor, compreender melhor os documentos com que trabalhamos, perceber as nossas funções e o uso dos fundos públicos. Enquanto membros da Assembleia Municipal foi essencial para o nosso trabalho. A nova Assembleia Municipal e o novo Conselho Municipal precisam de mais capacitações porque são todos novos na matéria de gestão municipal”.

(Almeida Malango – Assessor da actual Presidente do Conselho Municipal de Mocuba)

O futuro de iniciativas de responsabilização social nos Municípios é promissor. Carmelita Namashulua, Ministra da Administração Estatal, durante a IX Reunião Nacional dos Municípios, que teve lugar no mês de Março de 2014 em Maputo, sublinhou que uma das principais aspirações do Governo, no presente mandato de Autarquia (2014-2018), é continuar a fazer dos municípios o local onde se consolida, entre outros, a descentralização: *“Os titulares dos órgãos autárquicos têm a obrigação de promover a participação activa dos munícipes na identificação dos problemas e busca de soluções para o desenvolvimento sócio-económico e cultural dos Municípios, assegurando uma harmonia entre a agenda de governação nacional e as necessidades e expectativas dos munícipes”.*





ESTUDO DE CASO

Teoria de Mudança: Estudo de Caso do Município de Metangula

A Teoria de Mudança do MuniSAM reconhece que uma governação socialmente responsável requer um equilíbrio entre as capacidades dos intervenientes-chave do lado da demanda e no lado da resposta à demanda pois é baseada no princípio de que se ambos os lados atingirem este equilíbrio poderá existir uma melhor gestão dos recursos públicos. As necessidades das pessoas não têm sido adequadamente realizadas dentro dos recursos disponíveis o que resulta em pobreza contínua e falta de justiça social. Em parte isto deve-se à ineficácia de processos de gestão dos recursos públicos, à falta de capacidade de engajamento baseada em evidências entre partes interessadas do lado da demanda e lado da resposta à demanda e à falta de integração entre processos de gestão de recursos públicos entre os diferentes níveis de governação. O trabalho desenvolvido pelo Programa, a sua equipa e os membros dos SAMComs representa assim, a acometida vontade de contribuir para a consolidação de uma cultura de responsabilização social, uma cultura de transparência, uma cultura de participação e uma governação que responda de forma mais efectiva às necessidades dos moçambicanos.

O Município da Vila de Metangula, com uma população estimada em 13.235 habitantes (Censo de 2007), foi uma das primeiras 33 autarquias criadas em Moçambique e conta com 12 bairros municipais. Metangula foi a primeira autarquia abran-

gida pelo Programa MuniSAM, num conjunto de 6 (seis) Municípios, incluindo Cuamba, Quelimane, Mocuba, Montepuez e Mocímbo de Praia. No início do seu trabalho o SAMCom de Metangula enfrentou vários desafios relacionados com o facto de não existir em Metangula uma sociedade civil organizada, como resultado, qualquer intervenção de monitoria era vista como uma actividade política de um partido da oposição. Com efeito, conforme refere um dos nossos entrevistados, com “a presença deste Programa em Metangula tá a ver, o Conselho Municipal não estava preparado, não compreendiam estas actividades que o SAMcom se propunha a trabalhar, achavam que o SAMCom e MuniSAM estavam aqui para controlar o Conselho Municipal, e sabe, quando colocamos a palavra «controle» o entendimento é diferente, fica a parecer mais uma fiscalização”. Como consequência, o receio de represálias devido a este tipo de conotações políticas tendia a inibir os munícipes de participar nos processos de gestão municipal. Contudo, os membros do SAMCom de Metangula continuaram o seu trabalho e procederam com a realização da Auditoria Social – a análise do desempenho do Conselho Municipal.

Após a realização da Auditoria Social, o SAMCom produziu um relatório que deveria ser apresentado no evento da Audição Pública. Este relatório é por norma partilhado com antecedência com o Conselho Municipal, para que este possa

preparar-se para a Audição Pública. O Conselho Municipal da Vila de Metangula após analisar o relatório acreditou que o documento continha *“mais críticas do que comentários positivos”* e por isso informou, apenas 24 horas antes da Audição Pública, que não se ia fazer presente ao evento. O Relatório de Auditoria identificava várias actividades que constavam em Planos anteriores do Conselho Municipal e que nunca tinham sido realizadas (apesar de orçadas ano após ano) bem como outras áreas problemáticas relacionadas com água, saneamento, e obras realizadas pelo Conselho Municipal. Apesar de o Conselho Municipal não ter comparecido ao evento da Audição Pública e não ter reconhecido os problemas identificados pelo trabalho do SAMCom, este reagiu imediatamente procurando resolver parte deles, nomeadamente, a construção da morgue no hospital e a aquisição de um sistema de frio, a aquisição de uma viatura funerária, a construção de um alpendre para a venda de peixe no mercado, a finalização do muro da residência oficial do Presidente do Conselho Municipal, a construção de um aterro apropriado para o depósito de lixo, a construção de um parque infantil municipal, entre outros.



Presidente do SAMCom de Metangula lê aos Municípios que aguardavam pela Audição Pública a carta do Conselho Municipal a avisar que não irá comparecer

Mudança no Pensamento dos Intervenientes

Dois anos após o início da implementação do MuniSAM em Metangula é possível concluir que a abordagem e perseverança do trabalho do SAMCom resultou numa evidente mudança na maneira de pensar dos intervenientes-chave lado da demanda e no lado da resposta à demanda e fez com que gradualmente as pessoas, especialmente os funcionários do Governo, começassem a compreender o escopo do trabalho de monitoria de responsabilização social. Esta mudança permitiu que os actores envolvidos na gestão dos recursos públicos começassem a considerar novas formas de participação e de interacção entre municípios e órgãos municipais. Do lado da resposta à demanda resultou no reconhecimento dos processos de Gestão de Recursos Públicos, da importância de dar resposta às necessidades prioritárias dos municípios na gestão municipal e, da importância de apresentar evidências e dar explicações e justificações sobre o uso de recursos públicos. No lado da demanda resultou no reconhecimento do seu direito enquanto municípios de pedir explicações e justificações sobre o uso de recursos públicos e o direito de ter acesso a informação relevante sobre a gestão municipal. Com efeito, durante

a visita feita a Metangula, em Fevereiro de 2014, a equipa de pesquisa deparou-se com um cenário completamente diferente e uma mudança bastante positiva e promissória na relação entre Conselho Municipal e o SAMCom de Metangula. Uma visível aproximação na qual, de acordo com os testemunhos de alguns intervenientes, o trabalho do SAMCom e a abordagem do Programa MuniSAM tiveram um impacto muito importante.

Numa clara demonstração de mudança na sua forma de pensar sobre a participação cívica, Anafo Charifo, o anterior Presidente que na altura se tinha recusado a participar na Audição Pública, referiu durante a entrevista com os Pesquisadores que *“o MuniSAM criou um comité que hoje trabalha como um braço do Conselho Municipal, trouxe muita mudança na relação entre o Conselho Municipal e os municípios de Metangula e na forma de o Conselho Municipal lidar com a comunidade, defende os nossos interesses, abre a mente do munícipe. Este grupo é um grupo muito aberto, quando reunimos discutem e expõem bem os assuntos. É claro discutir os assuntos conduz à solução de problemas. SAMCom é mais frontal que as outras associações daqui, e depois tem a questão de ser formado por*

“pessoas dos bairros, são da comunidade, eles relacionam-se com os assuntos que trabalham para resolver e isso claro marca a diferença”.

O Programa também traz mudanças no pensamento dos actores do lado de demanda principalmente no que diz respeito ao reconhecimento, por parte dos munícipes, sobre aqueles que são os seus direitos e deveres enquanto cidadão mas também, sobre a importância do seu contributo nos processos de gestão de recursos públicos:

“Eu acho que SAMCom passou por algumas incompreensões quanto ao trabalho que era para o SAMCom fazer, isso

separou SAMCom e Conselho Municipal e impediu um pouco o trabalho do SAMCom. Mas mesmo assim o SAMCom continuou a trabalhar, este Programa trouxe muitas coisas boas para nós munícipes, nós próprios munícipes aprendemos muito nas sensibilizações que o grupo faz junto da comunidade”.

(Damião Salvador – Coordenador da Rádio Comunitária de Metangula)

“Este grupo mudou a visão do MuniCipe, tem mais coragem. Sobretudo através do SAMCom ele já percebe que tem de se envolver e participar para o bem de todos”.

Mudança nas Acções dos Intervenientes

A intervenção imediata do Conselho Municipal como resultado do levantamento feito pelo SAMCom na auditoria social trouxe mudanças significativas para os munícipes em Metangula e, ao mesmo tempo, demonstra uma **mudança de atitude por parte do Conselho Municipal ao engajar em novas práticas de governação**. Esta mudança também se reflecte no discurso de Sara Mustafa, Edil recém-eleita, aquando da visita da equipa de Pesquisadores, que se mostrou completamente disponível para trabalhar com o SAMCom bem como, em receber qualquer membro da equipa do MuniSAM, para que **juntos possamos trabalhar para o bem comum do Município da Vila de Metangula**. Esta revelou-nos que foi o anterior Presidente que se referiu à importância de o Conselho Municipal trabalhar em coordenação com o SAMCom, revelando um impacto bastante positivo do desempenho do SAMCom ao conseguirem mudar a opinião do anterior Edil outrora tão renitente ao Programa.

“Recebi cartas em que o SAMCom fez muito boas sugestões como a sinalização das ruas e dos bairros e a determinação territorial dos bairros para acabar com os conflitos de divisão administrativa mas já eu já estava para cessar mas deixei no meu despacho para quem o SAMCom continue a trabalhar com a nova governação. Disponibilizei-me para trabalhar com a nova Presidente de Conselho Municipal e alertei a ela para a importância de trabalhar com SAMCom”.

(Anafo Charifo – anterior Presidente do Conselho Municipal de Metangula)

“Agora no Município da Vila de Metangula, existe um espaço criado pela mesa da Assembleia chamado «Ponto antes da ordem do dia». Neste espaço, é dada a palavra aos membros do SAMCom para reportar sobre alguns casos de interesse por eles identificados.”

(Armando Micaias – Presidente da Assembleia Municipal de Metangula)

Mudança nas Capacidades dos Intervenientes

As evidentes melhorias que o Programa tem vindo a trazer para o Município de Metangula e a colaboração prestada pelo MuniSAM aos órgãos municipais em domínios como formações (os funcionários municipais são convidados a participar em algumas formações) e campanhas de sensibilizações realizadas pelo SAMCom de Metangula junto das comunidades resultaram numa aproximação entre o Conselho Municipal, Assembleia Municipal, o SAMCom e os munícipes. Ao mes-

mo tempo, estas formações dotaram os intervenientes-chave neste processo de habilidades e ferramentas de responsabilização social, bem como, maior e melhor capacidade de análise de documentos municipais (planos, orçamentos, contas de gerência, etc.), monitorar os processos de gestão de recursos públicos (identificação de necessidades, análise das prioridades, orçamentação, alocação, etc). Ademais, ao mesmo tempo que estas

formações / sensibilizações / debates consciencializaram os munícipes sobre aqueles que são os seus direitos e deveres dotaram os membros de Assembleia e Conselho Municipal com ferramentas e conhecimentos sobre o exercício de cidadania, matérias de responsabilização social e sobre documentos e processos de gestão municipal. Assim, é possível concluir que as formações, em que os intervenientes-chave do MuniSAM participaram, dotaram-nos com os conhecimentos, as ferramentas e as capacidades necessárias para que todos possam, hoje, desempenhar um papel mais responsável e relevante nos processos de gestão de recursos públicos no Município de Metangula.

“A primeira formação aconteceu com a presença de membros da Assembleia Municipal, do Conselho Municipal, foi em Março de 2012 sobre os cinco ciclos de Gestão de Recursos Públicos. A segunda formação foi sobre a educação ambiental e também estavam presentes funcionários tanto do Conselho Municipal como da Assembleia Municipal”.

(Patrício Missael – Membro do SAMCom de Metangula)

“O trabalho do SAMCom tem vindo a ajudar-nos a superar certas situações aqui. Nós na Assembleia Municipal saímos duplamente em ganho porque nos incluem nas formações e aprimoramos o nosso conhecimento sobre o órgão municipal.

Isto tem sido muito importante, este apoio tem tido muito reflexo nas nossas actividades”.

(Armando Micaias – Presidente da Assembleia Municipal de Metangula)

“Os camponeses, os pescadores não pagavam porque diziam que não eram funcionários do Estado, mas depois da nossa sensibilização nós fizemos-lhes ver que era muito importante e o porque de ser importante e eles todos agora vão por si mesmo pagar. Nós fomos e explicamos à população porque se devia pagar impostos, a importância dos impostos para as receitas municipais e para a melhoria de vida dos munícipes. Dantes eram muito poucos os que pagavam impostos, (...) mas agora muitos já pagam e foi através do nosso trabalho que isso aconteceu. Quando nós fizemos a campanha explicamos para onde vai esse dinheiro dos impostos, explicamos que esse dinheiro vai ser usado em obras para melhorar a vila e que só quando pagamos é que podemos exigir esses serviços. Contribuir através dos impostos para melhor exigir (...) nós é que explicamos isso porque as pessoas daqui nunca ninguém tinha-lhes dito e explicado essas coisas, (...), estão a aprender connosco os seus deveres e também os seus direitos enquanto cidadãos de Metangula”.

(Azélia Omar Amir – Membro do SAMCom de Metangula)

Constatações Finais

Através do exemplo do Município de Metangula é possível perceber que a abordagem do Programa MuniSAM tem vindo a promover uma estreita relação entre munícipes, sociedade civil e órgãos municipais. Os governantes de Metangula entendem, hoje melhor do que antes, que uma governação transparente e participativa conduz ao desenvolvimento do Município, contribuindo assim para uma consolidação tanto na relação como no trabalho conjunto entre Conselho Municipal, Assembleia Municipal e os munícipes organizados. Os progressos identificados até ao momento no Município da Vila de Metangula remetem-nos à constatação de que os processos de mudança não são estáticos nem lineares. Com base nisto e tendo em conta os progressos já atin-

gidos em Metangula neste curto espaço de tempo acreditamos que o MuniSAM tem o potencial de, a longo prazo, influenciar substancialmente processos de mudança quanto à capacidade, a maneira de pensar e agir dos intervenientes-chave na gestão municipal de ambos lados – demanda e resposta à demanda. Este foi, na nossa visão, **um dos impactos mais importantes** que o desempenho do MuniSAM trouxe em Metangula, a **possibilidade de ter contribuído para mudar a capacidade e a maneira de pensar e de agir dos governantes e governados do Município e conseqüentemente a melhoria na relação entre ambos**, abrindo assim o espaço para uma governação mais justa e inclusiva e maior participação cívica.



Implementado por:



Financiado por:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC